

CASSANO, F.

---

**INFLUÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA  
BRASILEIRA NA AMPLIAÇÃO DAS  
RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS  
DO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 2000**

***INFLUENCE OF BRAZILIAN FOREIGN  
POLICY ON EXPANSION OF INTERNATIONAL  
TRADE RELATIONS OF BRAZIL FROM THE  
YEARS 2000***

**PROF. DR. FRANCISCO AMÉRICO CASSANO**

---

Professor Adjunto  
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

E-mail: [francisco.cassano@mackenzie.br](mailto:francisco.cassano@mackenzie.br)

## RESUMO

Diante das intensas modificações ocorridas na economia mundial, os mercados globalizados se caracterizaram por intensas oportunidades de negócios. Diante dessas novas oportunidades, o Brasil alcançou um lugar de destaque e incrementou as suas relações comerciais internacionais ao longo do tempo. Entretanto, mudanças na política externa brasileira provocaram alterações marcantes no destino das exportações brasileiras a partir dos anos 2000. Assim, o estudo tem como objetivo avaliar a influência da política externa na ampliação das relações comerciais internacionais do Brasil. A metodologia adotada, com a utilização de dados secundários, caracteriza o estudo como exploratório, não experimental e longitudinal retrospectivo. Os resultados obtidos permitiram concluir que a política externa adotada no período entre 2003 e 2013 foi ineficiente, por reduzir a participação de produtos brasileiros em mercados tradicionais e, também, por não oferecer contrapartida suficiente para cobrir as perdas através de novas estratégias.

**Palavras-chave:** Política externa brasileira; relações comerciais internacionais; estratégias para ampliação de exportações.

## ABSTRACT

Under the intense changes in world economy, globalized markets are characterized by intense business opportunities. Given these new opportunities, Brazil achieved a prominent place and increased its international trade relations over time. However, changes in Brazilian foreign policy caused striking changes in the destination of Brazilian exports from the years 2000. Thus, the study aims to assess the influence of foreign policy on expansion of international trade relations of Brazil. The adopted methodology, with the use of secondary data, characterized the study as exploratory, not experimental and retrospective longitudinal. The results obtained allowed to conclude that the foreign policy adopted in the period between 2003 and 2013 was inefficient, by reducing the participation of Brazilian products in traditional markets and, also, for not offering

enough compensation to make up for losses through new strategies.

**Keywords:** Brazilian foreign policy; international trade relations; strategies for expansion of exports.

## INTRODUÇÃO

A economia mundial, desde o final da Segunda Grande Guerra, passou por intensas modificações até chegar ao estágio atual, no qual os mercados globalizados são caracterizados por intensas oportunidades de negócios (KEEGAN, 2005).

Essa constatação, obtida em importante obra de 2005, continua em vigor conforme demonstram Cateora, Gilly e Graham (2013) ao afirmarem que o *boom* econômico global – mesmo com as crises ocorridas nos Estados Unidos da América-EUA e na União Europeia-UE – estimula a eficiência, a produtividade e a abertura/desregulamentação de mercados.

Diante do cenário de novas oportunidades e de incremento do comércio internacional através de medidas liberalizantes em diversos mercados, além da posição de destaque que o Brasil adquiriu ao tornar-se integrante do G20 – grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia, conforme informa o Banco Central do Brasil – faz-se necessária uma análise dos resultados obtidos pelo país face às decisões emanadas da Política Externa Brasileira – PEB.

Assim, o objetivo deste estudo será avaliar a influência da PEB na ampliação das relações comerciais internacionais do Brasil a partir dos anos 2000.

A escolha do período está relacionada com dois importantes momentos contemporâneos: o final do século XX, que foi marcado por um acelerado e diversificado processo de industrialização no Brasil; o início de um novo século/milênio que por aqui se caracteriza por intensas alterações de caráter social e simultânea mudança na condução da PEB (OLIVEIRA, 2005).

Para que a análise dos efeitos da PEB, sobre os resultados da balança comercial, possua um referencial teórico que lhe suporte, a mesma foi dividida sob dois contextos: o primeiro abrange os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso-FHC; o segundo incorpora os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva-LULA mais três anos do 1º mandato de Dilma Vana Rousseff-DVR. A finalidade dessa separação é verificar se as mesmas premissas foram mantidas ao longo do tempo ou se foram alteradas e em que circunstâncias.

Tendo em vista que o tema é restrito e, portanto, sem abordagem similar na literatura contemporânea, o estudo se caracteriza como exploratório, não experimental e longitudinal retrospectivo. Os dados utilizados são secundários e constam na base de dados do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior do Brasil.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Uma vez definidas as características do estudo, recomenda-se a elaboração de um referencial teórico que possa dar sustentação ao mesmo seja com base em estudos anteriores ou em qualquer fonte que se relacione com o tema (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; 2006).

Como o presente tema não possui base teórica específica, para tratar da relação entre política externa e desempenho das relações comerciais, optou-se por considerar os relatos elaborados sobre cada mandato de governo abordado, seguindo a orientação estabelecida de Sampieri, Collado e Lucio (2006) para o tipo de estudo adotado.

Dessa forma, a revisão da literatura contou com o apoio de estudos acadêmicos, políticos e empresariais concentrados nos períodos de governo de FHC, de LULA e de DVR.

## **2 A PEB NOS MANDATOS DE FHC**

A partir do início do processo de globalização (anos 1990), a inflexão mais significativa da PEB ocorreu no governo Collor sob a forma de “aliança especial” com os EUA, porém, dada a interrupção de seu mandato e o rápido reposicionamento da PEB às diretrizes básicas de autonomia e de universalização praticadas no governo Itamar (até 1994), não houve, até então, alteração de maior importância nos resultados comerciais (OLIVEIRA, 2005).

Inicialmente o governo FHC procurou manter a aproximação com os EUA, marco do governo Collor, porém, segundo Oliveira (2005), essa tendência foi muito rápida e a PEB retornou ao seu sentido de maior universalização.

No início de seu mandato, FHC definiu a PEB através da “autonomia pela integração”, ou seja, uma participação autônoma, mas articulada com o meio internacional (LAMPREIA, 1998).

Cervo (2002), por outro lado, considerou a PEB da era FHC medíocre sob o ponto de vista da realização dos interesses nacionais. Reconhece, entretanto, o êxito na estabilidade econômica e no aumento da produtividade, incluindo o setor externo para que isso fosse possível.

De qualquer forma, segundo Oliveira (2005), a diplomacia presidencial de FHC ampliou as possibilidades do Brasil na Europa e incrementou a parceria estratégica com a China.

### **3 A PEB NOS MANDATOS DE LULA E DE DVR**

Embora a sucessão de FHC para LULA tenha transcorrido de forma ordenada, é na PEB que se notará a maior diferenciação entre uma forma de governo e a outra.

Para Cervo (2004), FHC concentrou sua ação no Primeiro Mundo enquanto que LULA, ao desejar o universalismo, quis recuperar espaços perdidos na África e no mundo árabe, além de estabelecer alianças fortes com países emergentes como Índia,

China e África do Sul. Com isso, intensificou-se significativamente a maior proximidade com países do chamado “eixo sul-sul”.

Segundo Amorim (2005), ao tradicional princípio da “não intervenção” o governo LULA acrescentou o princípio da “não indiferença”. Ainda segundo Amorim (2005), o aumento do comércio com países sul americanos e com países em desenvolvimento não significaria afastamento de parceiros tradicionais como os EUA e a UE.

No 1º mandato DVR, conforme Veiga e Rios (2011), o contexto externo mudou completamente em relação aos dois mandatos de LULA. Além de uma perda de credibilidade externa, por acusações de manipulação cambial e de imprudências na política monetária, a necessidade de revisão da PEB, principalmente nas questões comerciais, tornaram-se desafios importantes a serem enfrentados.

Para Rodriguez (2012), a PEB de DVR pretendeu atuar como grande potência – principalmente com a oficialização do BRICS – porém, a sua real capacidade estava adequada ao nível de uma potência intermediária. A reprimarização da economia brasileira está ligada ao enfraquecimento das exportações industrializadas e isso se relaciona com a perda de poder para garantir seu espaço no “jogo das grandes potências”.

A fim de consolidar as premissas acima apontadas, os governos LULA e o governo DVR desenvolveram uma estratégia, para fortalecimento da imagem internacional do Brasil e a consequente ampliação das relações comerciais internacionais do

país, baseada na instalação de embaixadas/consulados brasileiros em pontos mais remotos possíveis (SANTANDER, 2014).

**Quadro 1 – Localização das novas Embaixadas e Consulados instalados nos governos LULA e DVR**

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	EUROPA	ÁFRICA		ORIENTE MÉDIO	ÁSIA
Antígua e Barbuda	Albânia	Benin	Mali	Catar	Bangladesh
Bahamas	Azerbaijão	Botsuana	Mauritânia	Omã	Cazaquistão
Belize	Chipre	Burkina Faso	São Tomé e Príncipe	-	Coreia do Norte
Dominica	Croácia	Camarões	Serra Leoa	-	Mianmar
Granada	Eslováquia	Congo	Sudão	-	Sri Lanka
Santa Lúcia	Eslovênia	Etiópia	Tanzânia	-	-
São Cristóvão e Névis	-	Guiné Equatorial	Togo	-	-
São Vicente e Granadinas	-	Guiné	Zâmbia	-	-

**Fonte dos dados brutos:** MRE; organizados pelo Autor.

O Quadro 1 apresenta o conjunto de embaixadas e consulados que foram instalados a partir do primeiro governo LULA até o 1º mandato do governo DVR.

## 4 METODOLOGIA

Ao definir-se o objetivo geral do estudo, ou seja, avaliar a influência da PEB na ampliação das relações comerciais do Brasil a partir dos anos 2000, formulou-se, simultaneamente, uma questão problema que direcionasse o estudo na busca desse objetivo: como a PEB influenciou as relações comerciais do país nos anos 2000?

Para complementar a busca do objetivo geral, foram definidos, também, os seguintes objetivos específicos:

- i. Analisar o comportamento das exportações brasileiras de 2000 a 2013, de acordo com a PEB dos mandatos de FHC, de LULA e de DVR;
- ii. Organizar as exportações brasileiras conforme a orientação da PEB em cada mandato;
- iii. Identificar a contribuição da PEB para a ampliação das exportações brasileiras, a partir do ano 2000.

A revisão da literatura indicou a não existência de estudos relacionados diretamente com o tema, e, dessa maneira, permitiu classificar o presente estudo, segundo Severino (2013), como exploratório na busca de informações para o alcance dos objetivos definidos.

Dada a sua característica exploratória, classificou-se o modelo de estudo como não experimental uma vez que, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), a análise se concentrou em avaliar uma situação em determinados períodos de tempo.

Ainda por recomendação de Sampieri, Collado e Lucio (2006), o modelo de estudo foi ampliado para longitudinal retrospectivo, pela coleta de dados ao longo de períodos definidos a fim de permitir inferências sobre mudanças e consequências socioeconômicas.

Com essas classificações metodológicas o estudo se apresenta como exploratório, não experimental e longitudinal retrospectivo, suficiente para permitir solução para a questão problema e a satisfação dos objetivos estabelecidos.

Enquanto na pesquisa experimental os dados são organizados para se verificar a influência de uma variável sobre outra, a característica da pesquisa não experimental é a de apenas se observar os fenômenos para serem analisados posteriormente (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; 2006).

Assim sendo, os dados deste estudo – de origem secundária – foram organizados em tabelas de forma a permitir uma melhor organização (inclusive com a geração de outras tabelas) para que a análise possa ser conclusiva.

## **5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS**

Os dados foram tratados para se organizar um conjunto de tabelas, separadas pelos respectivos períodos de governo (apenas os principais destinos: EUA, UE e MERCOSUL) e pelos continentes contemplados com a instalação das novas instalações diplomáticas,

a fim de permitir análises comparativas mais específicas. Nessa nova organização de dados resultaram cinco grupos analíticos: Europa; América Central e Caribe; África; Oriente Médio; Ásia; nos quais são considerados apenas os dados de cada destino onde estão instaladas as novas embaixadas e consulados.

A Tabela 1 apresenta os principais destinos das exportações brasileiras durante o período final do segundo mandato de FHC.

**Tabela 1 – Principais destinos das exportações brasileiras – Final 2º Governo FHC**

ANO	VALORES EM US\$ MILHÕES				% SOBRE TOTAL			EUA + UE + MERCOSUL (%)
	EUA	UNIÃO EUROP.	MERCO SUL	TOTAL GERAL	EUA	UNIÃO EUROP.	MERCO SUL	
2000	13.375	15.346	7.740	55.086	24,3	27,9	14,1	66,3
2001	14.397	15.488	6.374	58.223	24,7	26,6	10,9	62,2
2002	15.559	15.610	3.319	60.362	25,8	25,9	5,5	57,2

**Fonte dos dados brutos:** MDIC – Exportação Brasileira – diversas edições; organizados pelo Autor.

Os exportadores brasileiros já atuavam nos mercados em que as novas embaixadas e consulados foram instalados, conforme está apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Exportações brasileiras para grupos de países com novas embaixadas brasileiras – Final 2º Governo FHC**

ANO	VALORES EM US\$ MILHÕES					
	EUROPA	AM. CENTRAL E CARIBE	ÁFRICA	ORIENTE MÉDIO	ÁSIA	TOTAL DO GRUPO
2000	108,1	83,4	39,3	42,9	175,9	449,6
2001	119,0	195,0	72,6	60,4	297,2	744,2
2002	122,2	353,8	122,1	57,8	173,5	829,4

**Fonte dos dados brutos:** MDIC – Exportação Brasileira – diversas edições; organizados pelo Autor.

Com base nos mesmos critérios estabelecidos para o governo FHC, as tabelas 3 e 4 apresentam, respectivamente, os principais destinos das exportações brasileiras durante os dois mandatos de LULA e do 1º mandato de DVR até 2013 (o agrupamento dos dados nestes dois mandatos ocorre pelo fato da PEB não ter sido alterada).

**Tabela 3 – Principais destinos das exportações brasileiras – Governos LULA e DVR**

ANO	VALORES EM US\$ MILHÕES				% SOBRE TOTAL			EUA + UE + MERCOSUL (%)
	EUA	UNIÃO EUROP.	MERCOSUL	TOTAL GERAL	EUA	UNIÃO EUROP.	MERCOSUL	
2003	16.936	18.816	5.684	73.084	23,2	25,7	7,6	56,5
2004	20.403	24.676	8.935	96.475	21,1	25,6	9,3	56,0
2005	22.810	27.039	11.746	118.308	19,3	22,9	9,9	52,1
2006	24.773	31.045	13.986	137.807	18,0	22,5	10,1	50,6
2007	25.314	40.428	17.354	160.649	15,8	25,2	10,8	51,8
2008	27.648	46.395	21.737	197.942	14,0	23,4	11,0	48,4
2009	15.740	34.037	15.829	152.995	10,3	22,2	10,0	42,5
2010	19.462	43.135	22.602	201.915	9,6	21,4	11,2	42,2
2011	25.942	52.946	27.853	256.040	10,1	20,7	10,9	41,7
2012	26.849	48.860	22.800	242.578	11,1	20,1	9,4	40,6
2013	24.653	47.765	24.683	243.179	10,1	19,6	10,2	39,9

**Fonte dos dados brutos:** MDIC – Exportação Brasileira – diversas edições; organizados pelo Autor.

**Tabela 4 – Exportações brasileiras para grupos de países com novas embaixadas – Governos LULA-DVR**

ANO	VALORES EM US\$ MILHÕES					
	EUROPA	AM. CENTRAL E CARIBE	ÁFRICA	ORIENTE MÉDIO	ÁSIA	TOTAL DO GRUPO
2003	194,0	402,6	132,9	74,7	188,1	1.821,7
2004	285,1	502,6	252,0	83,5	421,0	1.544,2
2005	391,9	1.508,3	424,5	170,5	287,4	2.782,8
2006	501,5	1.479,5	504,0	146,9	454,2	3.086,1
2007	695,3	1.357,4	568,3	228,6	408,5	3.258,1
2008	793,3	3.637,5	716,3	428,1	507,4	6.082,6
2009	532,9	2.532,4	804,7	308,7	814,6	4.993,3
2010	564,2	2.841,4	785,3	446,5	738,9	5.376,3
2011	700,8	3.047,6	1.336,4	1.127,0	1075,7	7.287,5
2012	801,4	1.492,8	1.323,9	1.445,7	966,8	6.030,6
2013	765,3	294,9	947,2	1.440,8	1086,1	4.534,3

**Fonte dos dados brutos:** MDIC – Exportação Brasileira – diversas edições; organizados pelo Autor.

A Tabela 4 é continuação da Tabela 2 (relativa ao grupo de países com novas embaixadas brasileiras, mas que no mandato FHC já possuía exportações destinadas aos mesmos) com os dados relativos aos mandatos de LULA e de DVR.

O conjunto de dados disponíveis nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 permitiu a organização da Tabela 5, na qual é possível visualizar-se a evolução percentual das exportações brasileiras para os destinos nos quais foi desenvolvida a estratégia de instalação de novas embaixadas e consulados.

**Tabela 5 – Participação % do grupo de novas embaixadas sobre o total das exportações brasileiras**

ANO	% SOBRE TOTAL					TOTAL
	EUROPA	AM. CENTRAL E CARIBE	ÁFRICA	ORIENTE MÉDIO	ÁSIA	
2000	0.20	0.15	0.07	0.08	0.32	0.82
2001	0.20	0.33	0.12	0.10	0.51	1.26
2002	0.20	0.59	0.20	0.10	0.29	1.38
2003	0.27	0.55	0.18	0.10	0.26	1.36
2004	0.30	0.52	0.26	0.09	0.44	1.61
2005	0.33	1.27	0.36	0.14	0.24	2.34
2006	0.36	1.07	0.37	0.11	0.33	2.24
2007	0.43	0.84	0.35	0.14	0.25	2.01
2008	0.40	1.84	0.36	0.22	0.26	3.08
2009	0.35	1.66	0.53	0.20	0.53	3.27
2010	0.28	1.41	0.39	0.22	0.37	2.67
2011	0.27	1.19	0.52	0.44	0.42	2.84
2012	0.33	0.63	0.55	0.60	0.40	2.51
2013	0.31	0.12	0.39	0.59	0.45	1.86

**Fonte dos dados brutos:** MDIC – Exportação Brasileira – diversas edições; organizados pelo Autor.

Com a Tabela 5 é possível observar-se que no mandato FHC as exportações para os destinos Europa; América Central e Caribe; África; Oriente Médio; Ásia; tinham uma participação irrisória

(todos abaixo de 1%); nos mandatos LULA e DVR há algum incremento, porém, nada significativo (apenas na América Central e Caribe excede a 1% em alguns períodos e não acima de 1,9%).

Adicionalmente, foi possível organizar-se a Tabela 6 na qual foram juntados os dados relacionados aos principais destinos das exportações brasileiras (EUA, UE, MERCOSUL) com o grupo de novas embaixadas.

**Tabela 6 – Comparativo das exportações brasileiras entre mercados tradicionais e grupo de novas embaixadas**

ANO	PARTICIPAÇÃO % SOBRE TOTAL GERAL			
	EUA	UE	MERCOSUL	GRUPO NOVAS EMBAIXADAS
2000	24,30	27,90	14,10	0,82
2002	25,80	25,90	5,50	1,38
2013	10,10	19,60	10,20	1,86

**Fonte dos dados brutos:** MDIC – Exportação Brasileira – diversas edições; organizados pelo Autor.

A Tabela 6 apresenta importantes constatações:

- i. No ano 2002 (final do mandato FHC) as exportações brasileiras avançaram nos EUA; regrediram na UE e no MERCOSUL; evoluíram em torno de 0,5% no grupo de novas embaixadas (média dos cinco grupos apresentados na Tabela 5);
- ii. Em 2013 (penúltimo ano do 1º mandato DVR) as exportações brasileiras regrediram nos EUA e UE;

avançaram em torno de 0,5% no grupo de novas embaixadas, porém, permanecendo em grau pouco significativo (não ultrapassando 1,9%).

Portanto, tais constatações são suficientes para se encaminhar uma conclusão significativa em relação aos objetivos definidos pelo estudo.

Cabe ainda destacar que a análise dos dados se baseia na participação relativa de cada mercado em relação ao total exportado e não nos valores absolutos das exportações brasileiras. Assim, mesmo havendo incremento no valor das exportações brasileiras em determinado mercado, isso não significa que a participação daquele mercado sobre o total necessariamente cresceu – as exportações brasileiras nos governos LULA evoluíram de US\$ 16,9 bilhões em 2003 para US\$ 19,5 bilhões em 2010, entretanto, esse mercado em 2003 representava 23,2% das exportações e em 2010 apenas 9,6% – sendo que essa realidade é o fator mais significativo na análise da PEB aqui proposto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora o comércio exterior tenha a sua atividade medida pelo volume de bens e serviços exportados e importados, um aumento de volume exportado para determinado mercado não implica, necessariamente, uma diminuição de exportação para outro(s) mercado(s) a fim de compensar aquele aumento ocorrido em mercado mais intenso. Assim, aumentos podem ocorrer

simultaneamente em determinados mercados assim como, da mesma forma, diminuições podem ser verificadas em outros mercados.

Neste estudo a análise se destinou à constatação da eficiência na substituição da PEB ao longo de um determinado período, medida exclusivamente pelo aumento/diminuição das exportações brasileiras para mercados tradicionais e para mercados resultantes da nova estratégia política.

Assim sendo, a PEB no 2º mandato FHC, articulada com o meio internacional segundo Lampreia (1998), foi eficiente no que se refere à ampliação das relações comerciais internacionais do Brasil.

Os dados da Tabela 6 demonstram claramente essa conclusão, pois as exportações brasileiras para os EUA e a UE representaram juntas 51,7% do total exportado pelo Brasil em 2002. Esses dois destinos são considerados os maiores mercados consumidores do mundo e tem uma concorrência muito acirrada, o que qualifica a participação dos produtos brasileiros.

Dessa forma, a PEB no 2º mandato FHC responde a questão problema satisfatoriamente uma vez que ampliou as relações comerciais internacionais do país (inclusive ampliando o total geral exportado em 2000 de US\$ 55,08 bilhões para US\$ 60,36 bilhões em 2002).

Em 2013 (penúltimo ano do 1º mandato DVR) a PEB orientada para tornar o país uma grande potência, como citado por Rodriguez (2012), e, em continuação ao princípio de maior proximidade com os países do “eixo sul-sul” conforme observou

Cervo (2004), foi ineficiente no que se refere à ampliação das relações comerciais brasileiras.

Tal conclusão pode ser ampliada para os dois mandatos de LULA (conforme se observa na Tabela 3), uma vez que o afastamento dos parceiros tradicionais (EUA e UE) se inicia a partir de 2003 – contradizendo Amorim (2005) – e continua no 1º mandato de DVR.

Adicionalmente, a ineficiência da PEB constatada nos mandatos LULA e DVR se aplica à estratégia de instalação de embaixadas e consulados em pontos remotos, pois não há crescimento significativo nesse grupo de destino das exportações brasileiras. Pelo contrário, o incremento do grupo de novas embaixadas é muito inferior à perda constatada nos mercados tradicionais.

Dessa forma, pode-se concluir por derradeiro que, enquanto a PEB influenciou significativamente as relações comerciais internacionais do Brasil no 2º mandato FHC, nos mandatos de LULA e de DVR houve perda importante de mercados com as estratégias de grande potência, de maior proximidade com o “eixo sul-sul” e de instalação de novas embaixadas e consulados em pontos remotos.

O estudo possui limitações como a não inclusão de outros mercados e que podem ter apresentado comportamento diferenciado ao que aqui foi constatado, independentemente da PEB. Fica a recomendação para que outros estudos possam confirmar ou não essa possibilidade.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, C. A política externa do governo Lula: dois anos. **Revista Plenarium**, nº 2, p. 50-59, 2005. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/arquivos-diversos/plenarium2.pdf>, acesso em 05/08/2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Grupo dos 20 (G-20)**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?G20>, acesso em 05/08/2014.

CATEORA, P. R.; GILLY, M. C.; GRAHAM, J. L. **Marketing Internacional**. 15ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, nº 1, p. 5-35, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1>, acesso em 05/08/2014.

\_\_\_\_\_. Os objetivos da Política Exterior de Lula. Disponível em [http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A\\_7873.html#Anchor---Jornali-59110](http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7873.html#Anchor---Jornali-59110), acesso em 05/08/2014.

KEEGAN, W. J. **Marketing Global**. 7ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, nº 2, 1998. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001), acesso em 05/08/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Representações do Brasil no exterior**. Disponível em [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&vi](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&vi)

[ew=article&id=3663&Itemid=112&lang=pt-BR](#), acesso em 05/08/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Exportação Brasileira – Principais Países de Destino.** Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?ar=ea=5&menu=1161>, acesso em 05/08/2014.

OLIVEIRA, H. A. de. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUEZ, J. C. C. Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, nº 2, 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292012000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200005&lng=en&nrm=iso), acesso em 05/08/2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTANDER, S. África e Brasil: a estratégia africana do Brasil, tem por objetivo a busca de poder, lucro e o compartilhamento de conhecimento. The London School of Economics and Political Science, 2014. Disponível em <http://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2014/02/03/asil-africa-e-brasil-a-estrategia-africana-do-brasil-tem-por-objetivo-a-busca-de-poder-lucro-e-o-compartilhamento-de-conhecimento/>, acesso em 05/08/2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, P. da M.; RIOS, S. P. Política econômica externa do governo Dilma: dilemas e desafios. **Revista PONTES**, v. 7, nº 1, p. 1-3, 2011. Disponível em <http://www.ictsd.org/downloads/pontes/pontes7-1.pdf>, acesso em 05/08/2014.